

Quinze dias depois de o Governo ter publicado a primeira lista dos novos mega-agrupamentos, onde ainda não constam os locais, a Câmara aprovou a criação dos dois casos previstos para o concelho. Um funde os agrupamentos de escolas Artur Gonçalves (cerca de 1500 alunos) e General Humberto Delgado (850) e outro que junta a Escola Maria Lamas ao agrupamento Gil Paes.

Entre os argumentos do Ministério da Educação para este reordenamento escolar está a racionalização dos recursos humanos e materiais das escolas, ajudar a superar o isolamento de algumas escolas, possibilitar aos alunos fazerem todo o percurso escolar no mesmo projecto educativo, entre outros.

Na reunião de Câmara em que foi aprovada a agregação, no dia 7 de Fevereiro, o vereador Carlos Tomé mostrou ser contra a proposta, lamentando a perda de oportunidade da Câmara de se “opor à criação dos mega-agrupamentos, fazendo chegar ao Ministério da Educação o descontentamento que grassa entre as direcções das várias escolas e agrupamentos escolares”.

Tomé denuncia que, tal como na extinção de freguesias, nesta remodelação “o pretexto é reduzir custos por intermédio da agregação e extinção, sempre com consequências absolutamente nefastas para as populações. No caso dos mega-agrupamentos, a intenção escondida é acabar com a escola pública. E este é o caminho mais rápido para o conseguir”. Guiada pelo critério economicista, Tomé denuncia que com a criação dos mega-agrupamentos, as dificuldades de gestão quotidiana das escolas, a vários níveis, serão cada vez maiores e incombíveis. As associações de pais, por exemplo, vão ter um funcionamento impossível, pois “deixam de ter um carácter vocacionado para uma escola concreta de uma dada localidade e passam a ser constituídas obrigatoriamente para os agrupamentos, o que é difícil de acontecer”, pois estes abarcam várias escolas dispersas.